

CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM COM ÊNFASE AO APRENDIZADO DE FÍSICA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Priscila Alcantara Seabra, Fabianne Cristine Pinto da Costa

Especialização em Ensino de Ciências com Ênfase em Física, Universidade Federal do Pará, 68746-360, Castanhal-PA, Brasil.

Prof. Dr. Carlos Alberto Brito da Silva Júnior (Orientador)

Faculdade de Física, Universidade Federal do Pará, Ananindeua-PA, Brasil.

Resumo - No cenário atual da sociedade, a escola passou a assumir um novo papel no que se refere à educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo verificar os subsídios da ludicidade no processo de ensino aprendizagem no Ensino de Física do aluno com deficiência visual. A pesquisa tem caráter bibliográfico e descritivo, pesquisando autores e materiais disponíveis sobre a inclusão no campo da educação inclusiva. Conclui-se que a inclusão é ainda um grande desafio, principalmente pela falta de adequação de materiais e os professores apresentam dificuldades de atender as demandas de todos os alunos em sua sala de aula. No entanto é perceptível que o movimento da inclusão desencadeou importantes discussões sobre a qualidade do ensino oferecida e conquistou seu espaço tanto em âmbito social como escolar.

Palavras-chave - Educação Inclusiva. Ensino de Física. Necessidades Educacionais Especiais. Deficiência visual.

I. INTRODUÇÃO

No cenário atual da sociedade, a escola passou a assumir um novo papel. No que se refere a garantir as demandas da educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), ênfase nesse estudo os educandos com déficit visual. O Brasil tem mostrado avanços significativos com relação à educação para todos, beneficiando a inserção de diferentes indivíduos na esfera educacional, indivíduos estes com uma participação concreta na sociedade igualmente como seus direitos respeitados e garantidos. Sendo assim, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 [1], no artigo 59, propõe que os sistemas de ensino garantam aos estudantes, métodos, currículo, recursos e serviços específicos para atender às necessidades educacionais especiais¹ (NEE) de todos os estudantes.

Desta forma, a declaração de Salamanca [2], destaca o ingresso às escolas regulares de ensino para todos os alunos que possuem deficiência de qualquer natureza, a princípio, destacando que é imprescindível a criação de projetos e

programas educacionais voltados para a diversidade de muitas deficiências e especificidades.

Para entender o modo como as pessoas com deficiência visual observam o mundo, primeiramente faz-se necessário conhecer o conceito de deficiência visual, na qual existem duas classificações: (1) pessoas com baixa visão (PBV) e (2) pessoas cegas (PC). As PBV consistem na alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como a diminuição da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitações de outras capacidades, sendo assim, apresentam resíduos visuais ao qual devem ser aproveitados nas atividades educativas, na vida diária e no lazer. No caso das PC, estas adquirem o conhecimento do mundo e constroem sua subjetividade por meio de sentidos remanescentes como o tato, a audição e o paladar, além da convencionalidade da leitura e escrita, via sistema braille ou de equipamentos informatizados (Braille fácil e DOSVOX) assim como por meio de recursos didáticos ampliados ou adaptados (tecnologia assistiva).

Mediante tais reflexões surgiu uma questão central: Que contribuição o lúdico possibilita ao processo de ensino-aprendizagem de Física para alunos com deficiência visual? Desta forma, apresenta-se como objetivo geral desse estudo: compreender a importância do lúdico para o desenvolvimento de crianças com deficiência visual. Ressaltando também os objetivos específicos que consistem em: situar o contexto da educação inclusiva no Brasil; articular a ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação inclusiva; evidenciar a utilização de jogos lúdicos com os alunos com deficiências visuais. Conforme o objetivo dessa pesquisa procurou-se justificar o lúdico como um meio facilitador que irá aproximar o aluno com deficiência visual da realidade que o cerca, do mundo, servindo também como uma estratégia pedagógica que dará auxílio para unificar diferentes grupos em prol do bem comum: aquisição de aprendizagem. A inclusão requer cuidados e dedicação por parte do sistema educacional. O que se pretende não é apenas a inserção do portador de

necessidades especiais (PNE) no ambiente escolar. Mas também novas abordagens e possibilitar o respeito às necessidades dos alunos, procurando desenvolver suas potencialidades por meio de uma prática pedagógica flexível envolvendo o espaço, o tempo, os conteúdos e os recursos.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Mantoan [3], a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. A educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética justa e direito de acesso ao saber e à formação.

Já Carvalho [4], por sua vez, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades. A inclusão educacional na área dos valores humanos é basicamente o fundamento da importância do outro, é a conservação da alteridade como embasamento dos direitos e deveres de todos, como observa Mantoan [3], a educação inclusiva abarca, essencialmente, uma transformação de modos face ao próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na nossa existência e com o qual convivemos um tempo, maior ou menor, de nossas vidas.

A) CONTEXTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este texto aborda sobre a história da educação especial desde a antiguidade aos nossos dias. Sassaki [5] situa quatro fases no que se refere ao histórico das pessoas com necessidades educacionais especiais, de acordo com a nomenclatura atual: a fase da exclusão, na qual não recebiam nenhuma atenção educacional; a fase da segregação escolar, com a existência de classes especiais, a fase da integração, na qual algumas pessoas eram atendidas nas escolas, nas comunidades, clubes e empresas; a fase da inclusão, na qual todas as pessoas com necessidades educacionais especiais são inseridas em classes regulares, sendo os ambientes físicos e os procedimentos socioeducativos adaptados aos alunos, de acordo com suas necessidades. Essa visão possibilita compreender que integração e inclusão são dois processos sociais distintos, que se sucede em uma escalada rumo ao ensino inclusivo, em escolas também inclusivas, nas quais existe aceitação incondicional das diferenças entre professores e alunos, sujeitos do processo educativo.

Os registros históricos comprovam que vem de longo tempo resistir à aceitação social de pessoas com dificuldades para aprender, com déficits de qualquer natureza: física, cognitiva, mental, emocional. Ao longo da Idade Média, nos países europeus, pessoas com déficit eram associadas ao demônio, sendo perseguidas, integrando a categoria dos excluídos. No século XVI a questão da diferença passou pela influência da igreja, tornando-se objeto da medicina [6]. No final do século XVIII e início do século XIX teve início nos países escandinavos e nos Estados Unidos um período de institucionalização de pessoas com deficiências e, a partir daí surge a educação especial. A sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas, mas com um caráter assistencialista, não educativo. A assistência era proporcionada em centros para PNE, que recebiam

atendimento e medicação. Assim, a sociedade era protegida do contato com os chamados de anormais [7]. Para Sassaki [5], o termo “excepcional” foi muito utilizado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar pessoas com deficiência intelectual, mas também para designar pessoas talentosas, extraordinárias. No século XX foram criados programas escolares para crianças com déficit 5 mental leve e moderada. No Brasil, na década de 70, a educação especial sofreu ampliações, com a instalação de um subsistema educacional, com a proliferação das instituições públicas e privadas para alunos com NEE. A nomenclatura modificou-se [4]. A partir dos anos de 1990, tomando como marco a Declaração de Salamanca [2], deflagrou-se o movimento de inclusão escolar, tanto nacional quanto internacionalmente, como novo paradigma educacional que reconhece o direito de todas as crianças à educação no sistema regular de ensino. Não que já não houvesse instâncias em épocas anteriores de alunos com necessidades especiais na escola comum, mas essa ocorrência era exceção, privilegiando crianças oriundas dos estratos sociais superiores, sob a batuta de profissionais de saúde (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos etc.) e incorporados pela rede privada de ensino regular [8].

A Declaração de Salamanca colaborou para elaboração de políticas públicas para garantir o direito de acesso e permanência de alunos com NEE na rede regular de ensino. O número de alunos matriculados com déficit de qualquer natureza cresceu nas escolas, principalmente a partir da municipalização do ensino fundamental. Diante desse apanhado histórico, constata-se a dificuldade da sociedade, de um modo geral, para aceitar o diferente. Ou seja, aquilo que escapa da norma, causa desconforto e rejeição, porque somos incapazes de pensar fora do imposto como certo, verdadeiro ou melhor. No entanto, percebe-se que através de pesquisas, estudos e discussões é possível buscar soluções para de fato promover a inclusão plena no ambiente escolar.

B) O LÚDICO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O lúdico é um dos componentes do processo de ensino aprendizagem, constitui-se em um instrumento de grande importância, pois torna atraente e prazeroso a prática de aprender, devendo então ser rotina em sala de aula. Sendo capaz de contribuir no processo de desenvolvimento humano e social como um todo. A utilização de jogos em sala de aula permite à criança um olhar para si, ela consegue se descobrir, aprimorando ideias, costumes e papéis, conquistando vitória e espaço, de maneira a lutar contra a exclusão social.

Para o educando com deficiência visual, é imprescindível que se proponha dinâmicas diversificadas e específicas, que perpassam questões acerca do desenvolvimento da autonomia e raciocínio para que o mesmo possa ser um sujeito ativo na sociedade e não mais passivo de um povo segregado. O brincar para uma criança cega é sem dúvida uma barreira a mais a ser vencida, pois para participar de uma brincadeira, antes de tudo, ela precisa superar seus medos, frustrações e anseios para que enfim venha a ter uma nova postura, ter autonomia e participação, certamente conseguirá explorar suas habilidades e competências.

De acordo com Escott [9], “quando a criança brinca, faz de conta, joga ou desenha, está mostrando ao educador como organizar sua realidade, tanto em nível cognitivo, quanto a nível afetivo emocional”. A escola, além de se ocupar com o

ensino, compreende-se como ambiente social da infância e adolescência por excelência, momento da vida de uma pessoa em formação, em que se ganha grande parte dos saberes informais importantíssimos para a vida toda, como respeito, amizade, amor, enfim momento de relacionamento humano, então a inclusão ganha sentido, e os alunos, todos, devem participar da mesma aula, realizando aquilo que podem [10]. Então, é por meio do lúdico que o educando se sente mais à vontade para evidenciar seus sentimentos e expor suas ideias.

De acordo com o volume 2, página 22 do referencial curricular da educação nacional “o brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da atividade e da autonomia”. Além de ser um direito de toda a criança com ou sem deficiência. Abordada também por Fortuna [11], o brincar: “associa pensamento e ação, é comunicação e expressão, transforma e se transforma continuamente, é um meio de aprender a viver e de proclamar a vida”. Um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos, ao longo da vida, enquanto restar, dentro do homem, a criança que ele foi, um dia, e enquanto a vida nele pulsar. Quem vive, brinca, com as utilizações de jogos o sujeito sente emoções e prazeres devido à descoberta que o mesmo proporciona, tornando assim, uma aprendizagem mais rica é também importante, pois consegue conciliar o brincar e o aprender, englobando o saber e enfatizando a funcionalidade do lúdico na construção cultural do indivíduo.

Vale lembrar que o educador necessita saber que o deficiente visual (DV), apesar de suas especificidades, consegue estabelecer contato com o mundo a seu redor, para tanto, precisa explorá-lo através do contato físico. A criança cega cria um referencial não visual, uma vez que as possuem as mesmas potencialidades de uma criança vidente, mas tudo se potencializa em detrimento do mediador, o mesmo oportuniza o conhecimento a ela, o DV forma conceitos através do toque com os objetos, conseguindo descrever, portanto, consegue se desenvolver motora, psicológica e cognitivamente. No que tange às Necessidades Especiais, os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), aponta para questões além das dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer. Como dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais. Considera-se os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo [12].

Nessa mesma linha de pensamento o ato de incluir se direciona na ideologia de que todos os alunos podem aprender considerando que poderão ser aprendizagens em níveis diferenciados. Desta maneira o jogo é de fundamental importância que a mente e o corpo esteja unidos, é por intermédio da brincadeira que a criança cega e todas as outras vão descobrindo o mundo estabelecendo relações uns com os outros, trabalhar com atividades lúdicas dentro e fora da sala de aula é importante para o desenvolvimento de todas as crianças sempre respeitando as diferenças existentes entre eles. A escola detém em suas mãos um grande desafio e compromisso com o aluno com NEE, devendo estar consciente que antes de transmitir competências e conteúdos teóricos da educação, deve desenvolver mecanismos que auxiliem o aluno para que ele adquira uma aprendizagem significativa. Quando se refere em educação inclusiva de alunos com NEE, deve-se ter em mente que ela não se dá

pelo simples fato de inserir a criança com NEE entre os sem NEE e esperar que se faça a inclusão por si só, cabe ao professor, como mediador, provocar interações e viabilizar o envolvimento social desejado, para que se relacionam e colaboram umas com as outras. Crianças sem especificações, na interação com pessoas com NEE ganham muito, desenvolvem potencialidades de compreensão das dificuldades do outro, se humanizam [13].

Muitos estudiosos evidenciam o valor do lúdico na infância, e para realçar ainda mais esse tema, temos a seguinte explicação: formação. Carvalho [4], por sua vez, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades. A inclusão educacional na área dos valores humanos é basicamente o fundamento da importância do outro, é a conservação da alteridade como embasamento dos direitos e deveres de todos, como observa Mantoan [3], a educação inclusiva abarca, essencialmente, uma transformação de modos face ao próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na nossa existência e com o qual convivemos um tempo, maior ou menor, de nossas vidas.

C) PEDAGOGIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO CEGO

A imagem, da escola uniforme, da criança que sempre aprende padronizada, associada à docilidade da infância e da juventude; à docência respeitada como verdade incondicional na realidade é uma metáfora. Representa uma aspiração, um ideal de ensino. Confundir ideais constitui-se em um equívoco. Quando crianças com déficit intelectual, com dislexia, com dificuldades chegam à escola, muitas vezes imagens de professores também se quebram. Na verdade, o imaginário se abala, e com ele quebram-se ideais da docência. Há necessidade de voltar o olhar para a formação do professor que, em muitos casos não coincide com as demandas atuais [7].

Por isso, a atual proposta da pedagogia deve ser criar e desenvolver materiais didáticos, chamados de objetos pedagógicos, propondo um ensino com qualidade para crianças com NEE. Assim, propõem-se a criação de espaços que oportunizem o desenvolvimento dessas habilidades, tornando a aula prazerosa e funcional a todos os alunos. O objetivo de proporcionar a aprendizagem de todos, não deve ser opcional ao professor atender as individualidades de aprendizagens dos alunos, mas essencial. O trabalho deve ser contínuo de modo ético e coerente com os propósitos da instituição escolar, pois de acordo com Domingues [14], “As crianças com cegueira têm o mesmo potencial de desenvolvimento e de aprendizagem que as outras crianças ainda que alguns obstáculos ou barreiras dificultam este processo”.

D) A LUDICIDADE NO ENSINO DE FÍSICA

Uma revisão de artigos publicados em revistas de ensino na última década demonstra uma clara preocupação dos pesquisadores com relação ao ensino-aprendizagem de Física. É notório, que atualmente a quantidade de discentes que se interessam pela Física ensinada no Ensino Médio é bem inferior se comparado a outras disciplinas, com isso, percebe-se que há a necessidade de se inserir novas metodologias de ensino para que assim seja possível despertar o interesse dos alunos [15].

A utilização do lúdico no Ensino de Física com nova metodologia proporciona a compreensão do conteúdo científico inserido na atividade lúdica para promover a aprendizagem, a criatividade e a curiosidade que envolve os acontecimentos científicos, de modo a despertar o interesse nos alunos [16]. A ludicidade proporciona diversos benefícios como a satisfação, o prazer e o interesse, o que a torna importante no processo de ensino e aprendizagem no Ensino de Física. O uso de jogos de adivinhação, identificação e memorização podem auxiliar nas aulas de Física para alunos com DV.

Soares et. al [17], em seu trabalho com a temática “Astronomia para deficientes visuais: inovando em materiais didáticos acessíveis”, enfatizam que o ambiente escolar precisa estar totalmente preparado para atender os alunos com NEE. As autoras realizaram um estudo voltado para a confecção de materiais adaptados para o ensino de astronomia, para PBV e PC. Um desses materiais é um jogo da memória, contendo figuras de alto-relevo, no mesmo é trabalhado conceitos envolvendo o sistema solar e algumas definições sobre os corpos celestes. As cartas do jogo são escritas em braille e português, o que permite a interação entre alunos videntes e deficientes visuais. O estudo constatou que os alunos com deficiência visual, demonstraram bastante interesse e conseguiram realizar as atividades propostas no jogo, sem grandes dificuldades.

Moreira et. al [18], desenvolveram um jogo para tornar as aulas mais inclusivas, com a temática sobre “Energia em usinas termoeletricas e hidroelétrica”. Os cartões com as perguntas utilizados no jogo, foram produzidos em braille e em ilustrações com tinta, podendo ser usado por deficientes visuais e videntes. No jogo há dois dados e doze cartões com perguntas, tudo em alto-relevo. As regras do mesmo sugerem a divisão da turma em duas equipes, onde cada equipe deverá ler as perguntas contidas nos cartões para a equipe adversária. Esse jogo não foi testado, porém é possível perceber que a utilização do mesmo poderá promover maior interação e troca de informações entre a turma, à medida que cada equipe for respondendo as perguntas.

De acordo com Pereira et. al [19], geralmente, os professores de Física ao realizarem suas atividades, apresentam aos seus alunos apenas experimentos, que muitas vezes são levados ou montados na própria sala de aula, porém nem sempre esses experimentos resolvem o problema com relação a participação dos alunos nas aulas, se o mesmo fizer uma busca com relação a algo lúdico, com algum jogo que trabalhe os conceitos físicos, encontrará poucas atividades relacionadas à temática em questão. Visando esta lacuna, este tópico procura apresentar sobre as dinâmicas e efeitos da ludicidade no Ensino de Física, ao realizar a pesquisa com um enfoque voltado para alunos com deficiência visual é possível constatar, que a quantidade de materiais e trabalhos presentes na literatura diminui consideravelmente em relação a este público alvo.

E) A EDUCAÇÃO E A LUDICIDADE: ATUAÇÃO DO PROFESSOR COM ALUNOS QUE TEM DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Uma nova realidade na vida do professor é a educação inclusiva, no tocante aos alunos com NEE. Muitas vezes, o professor sem o devido preparo, para lhe dá com esta situação não sabe como agir para atender as necessidades deste aluno. A formação dos professores para o ensino na

diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho em equipe é essencial para a efetivação da inclusão. Para formar educadores que atendam às exigências deste novo paradigma educacional faz-se necessário reformular a estrutura curricular dos cursos de nível superior oferecidos nas instituições educacionais e uma maior aceitação dos próprios professores em reaprender para que ocorram as mudanças educacionais efetivas permitindo a inclusão com qualidade. O foco desta mudança deve ser com criação de uma consciência crítica sobre a realidade que esses profissionais vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz.

É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Refere-se ao desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. [20].

Para o sucesso do sistema inclusivo, segundo Ferreira [21], é necessário: garantir o acesso à educação de qualidade em qualquer nível educacional, preparar os docentes para ensinar usando didáticas inovadoras que promovam a inclusão e formar docentes capazes de educar na diversidade. O trabalho docente deve sempre estar permeado por um processo de reflexão e ação, tarefa cada vez mais exigente. Pois o professor precisa preparar sua aula e refletir sobre ela, ter objetivos claros que alcance as suas atividades. Principalmente em uma turma diversificada. O ensino por meio do lúdico procura desenvolver o potencial criador das crianças, ultrapassando o discurso verbal, permitindo a busca de outras formas de comunicação e expressão. Nas propostas de trabalho oferecidas nas aulas com jogos direcionados, o aluno tem a possibilidade de exteriorizar seus sentimentos, através de representações concretas, o que facilita para o professor a identificação das maiores dificuldades enfrentadas por seus alunos, sobretudo o educando com DV para que possa auxiliá-los. Trabalha-se também no desenvolvimento do reconhecimento das semelhanças e diferenças de cada ser humano, possibilitando assim desenvolver conceitos como de socialização e cidadania, que são essenciais para o sucesso da educação inclusiva além de proporcionar aos mesmos uma atividade prazerosa e um campo rico para o desenvolvimento expressivo e social [13].

Desse modo, a formação continuada dos docentes é de extrema importância, pois vários educadores se veem pouco aptos para trabalhar em uma sala de aula com suas diversidades entre alunos, vale lembrar que nem mesmo a escola está preparada organizadamente e fisicamente, e até mesmo em sua maioria os próprios cursos de formação não dispõem de uma preparação adequada aos professores. Os parâmetros curriculares nacionais, direcionado aos professores, dispõem referências para o educando identificar, no ensino regular, os alunos que necessitam de adaptações curriculares [12].

Esse documento fortalece e colabora para a indispensabilidade da equipe educacional de adequar e se dedicar, bem como a necessidade do auxílio adequado e recursos especializados. Nesse contexto a formação dos professores e inclusão desses alunos ganha destaque. O objetivo não é transformar os alunos em artistas, e sim possibilitá-los a compreender que todos podem usufruir da

arte. É essencial educar o olhar do aluno a observar, principalmente, na atualidade onde o número de informações é muito acelerado. Somente através da observação pode-se junto aos jovens focalizar a atenção e concentrar o pensamento nos detalhes significativos e nas obras analisadas [12].

Para Micheletto [22], considerando a necessidade da comunicação para a vivência em sociedade, tornou-se de extrema importância o uso de estratégias e métodos que contribuam para a comunicação e socialização das crianças, sobretudo, aquelas com NEE no ambiente escolar. A expressão das crianças pelo lúdico é um meio natural de compartilhar as coisas com seus amigos, família, podendo dizer mais sobre si através do brincar que por palavras, isso pode ocorrer com uma criança com ou sem NEE. A afetividade é crucial para a adaptação do aluno com NEE no ambiente escolar: “qualquer atividade pressupõe a presença de um estímulo afetivo. Sem afetividade não é possível se estabelecer um vínculo de aproximação com a criança dita especial” [10].

Muitas vezes os professores equivocam-se ao se preocuparem somente em tornar a pessoa com NEE mais úteis à sociedade, sem se preocupar em torná-la útil para si mesma, trabalhando sua autoestima, tornando-a assim mais feliz. Não podemos fugir do fato de vivermos num mundo imposto por cânones estéticos, onde o belo e o perfeito prevalecem. Como professor, temos o papel de enfrentar estes abismos de rotulações, promovendo a diversidade e o acolhimento. É importante que o professor proponha atividades que ofereçam situações novas e desafios que estimulem os alunos, onde eles possam expressar-se, crescer e desenvolver soluções para superar possíveis entraves aos quais estarão sujeitos na sociedade, procurando fugir das padronizações, valorizando suas singularidades [22].

Os argumentos defendidos por Selau [10], é que a aproximação física obrigava as pessoas a se olharem, a se tocarem a trocarem informações, quando se trabalha em uma sala de aula inclusiva, o contato mais direto entre os colegas, facilita a comunicação entre eles, que aprendem a interagir entre si, a trocar ideias, provocando a união em torno de um objetivo. Muitas vezes, essa aproximação transpassa barreiras e constrói vínculos que outras formas de ensino não proporcionam. Outra disposição que os poderes públicos no que se refere a capacitação e formação de aptidões humanas para o atendimento aos alunos com NEE foi o “Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade” lançado em 2003.

Este projeto tem como meta oportunizar a formação continuada de gestores e professores no âmbito da educação inclusiva, propagando a política inclusiva, nos diversos municípios brasileiros. Além disto, foi significativo ao buscar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos [20, 23]. Para finalizar de acordo com Stobaus e Mosquera [24], o ensino com níveis diferenciados parte do princípio que todos os alunos podem aprender, embora alguns alunos possam necessitar de apoio adicional ou algumas adaptações curriculares para ter sucesso. Desse modo é importante respeitar e permitir as adaptações necessárias no qual valorize o nível de participação do aluno de acordo com sua capacidade e assim garantir a equidade de ensino.

III. MÉTODO

Desta maneira, quanto à natureza da fonte, o estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, adotando uma abordagem qualitativa com contribuições dos autores a partir dos seus textos, que de acordo com Vergara e Carvalho Junior [25], as pesquisas bibliográficas utilizadas pelo autor contribuem para sustentar uma argumentação e para representar as preocupações, preferências e metodologias adotadas, sinalizando assim o quão importante é para aquele autor determinada produção científica.

Este tipo de pesquisa fornece opiniões e dados já pesquisados anteriormente sobre o assunto, de acordo com Marconi e Lakatos [26], a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação oral como: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais (filmes e televisão). Foi realizada uma pesquisa com técnicas de análise bibliográfica, para compreender como a ludicidade segundo os teóricos contribuem para a educação inclusiva no Ensino de Física. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen [27], envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

IV RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre as leituras dos autores aqui destacados foi observado o que não faltam são teorias para explicar e dar fundamentos a importância do lúdico no processo de ensino aprendizagem com aqueles que têm deficiência visual, o acervo literário está disponível para dar esse suporte. Foi possível perceber fazendo coro a Fortuna [28], uma brincadeira é tanto mais atraente, menos por basear-se em materiais caros e coloridos ou ter estímulos abundantes, e mais por ser instigante, provocante, desafiadora, dando lugar à ação (física e mental) e permitindo a experiência da ordem, desordem e reordenação. Na medida em que entramos no século XXI, temos o porquê de sermos mais otimistas em relação à sociedade e uma escola mais inclusiva, pois os históricos anteriores eram de uma sociedade que não aceitava pessoas com deficiência seja ela de qualquer natureza.

A educação inclusiva historicamente tem seus avanços e retrocessos. Abordar sobre este assunto não é nada fácil, atualmente existem leis que dão suporte a este tema, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) em seu artigo 59, parágrafo I “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades especiais” [1]. Teóricos abordados nesse estudo evidenciam também que a formação continuada do professor para que ele esteja capacitado e seja um mediador na presença significativa desses alunos com NEE primordial.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou conhecer em termos teóricos o processo de inclusão escolar através do lúdico. O jogo, o ato de brincar na educação estimula um ambiente escolar que

promove o conhecimento significativo, assim como permite a expressão e autonomia de cada aluno com as suas singularidades. O que por muitas vezes é um instrumento que desenvolve suas potencialidades por meio do fazer e perceber. Por meio do brincar a criança consegue dinamizar todas as suas capacidades básicas, além de desenvolver novas percepções de mundo. E, a partir deste ponto de vista realçar o lúdico como um instrumento que dará apoio a aquisição do conhecimento no entendimento da educação inclusiva que realmente de importância e valorize o ser social. Sendo assim, o educador precisa agir de modo que possa identificar as necessidades educativas especiais de seu educando, percebendo as características de cada um, com a finalidade de levá-los a adquirir o saber, estimulando conflitos através dos jogos direcionados para potencializar o desenvolvimento individual. O lúdico é uma metodologia muito agradável e propícia para inserir na rotina, já sendo destacada também por vários órgãos, instituições e declarações como a de Salamanca. Desse modo, destacou-se que é importante que o professor introduza em suas aulas o uso de diferentes práticas para auxiliar os alunos na construção e expressão do seu conhecimento. As atividades lúdicas que estimulam que o aluno tenha um aprendizado participativo, reflexivo e prazeroso. O processo da inclusão ainda é um grande desafio, principalmente pela demanda de professores não capacitados para receber essas crianças com esse tipo de deficiência que o artigo aborda. No entanto é perceptível que o movimento da inclusão desencadeou importantes discussões sobre a qualidade do ensino oferecida e conquistou seu espaço tanto em âmbito social como escolar. Houve pontos positivos através de políticas públicas e conscientização de boa parte da sociedade, pais, professores e escola. Isto estimula que novos estudos sejam divulgados para a contribuição de uma aprendizagem significativa aos alunos com NEE.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96. Diário oficial da União, 20/12/96.
- [2] BRASIL. Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.
- [3] MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- [4] CARVALHO, R. A Nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro, WVA, 1998.
- [5] SASSAKI, R. Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos. São Paulo: WVA, 1997.
- [6] STOBAUS, K.; MOSQUERA, J. (Orgs). Educação Especial: Em Direção À Educação Inclusiva. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2003.
- [7] FERREIRA, E.L. Corpo-movimento-deficiência: as formas dos discursos da/na dança em cadeira de rodas e seus processos de significação. Campinas: [s.n.], 2006.
- [8] BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J.G.S.; MENDES, G.M.L.; SANTOS, R.A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira e Marin, 2008. p. 43-63.
- [9] ESCOTT, Clarice Monteiro. Orientação Educacional: que educador é este? Revista da Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 23-4, 1998.
- [10] SELAU, Bento. Inclusão na sala de aula. Porto Alegre: Evangraf, 2007.
- [11] FORTUNA, Tânia Ramos. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – PPGE/ME FURB ISSN 1809– 0354 v. 3, nº 3, p. 460-472, set./dez. 2008.
- [12] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- [13] TAVARES, T. B. R; MEIRA, M. R. O professor de Arte e a Educação Inclusiva: Cotidianos, vivências. Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel, n. 3, 2014.
- [14] DOMINGUES, C. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira / Celma dos Anjos Domingues ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- [15] KLAJN, S. Física a vilã da escola. Passo Fundo: UPF, 2002.
- [16] CRISTINO, C. S. O uso da ludicidade no ensino de física. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Ouro Preto/MG. 2016.
- [17] SOARES K.D.A; CASTRO, H.C.; DELOU, M.C. Astronomia para deficientes visuais: inovando em materiais didáticos acessíveis. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias v.14, n.3, p. 377-391, 2015. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/e61e/8ac45a9fcd9d672bd8fde8e4681e9a05e3.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2020.
- [18] MOREIRA, J. C. S.; CATARINO, G. F. C.; LIMA, M. C. A. B. Proposta de construção de uma aula inclusiva de Física sobre o tema Energia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10, 2015, Águas de Lindóia, São Paulo, Anais, Águas de Lindóia, 2015, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R1293-1.PDF>> Acesso em: 30 de Ago. 2020.
- [19] PEREIRA, R. F.; FUSINATO, P. A.; NEVES, M. C. DESENVOLVENDO UM JOGO DE TABULEIRO PARA O ENSINO DE FÍSICA. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, VII ENPEC, Florianópolis – SC. Atas do VII ENPEC. p. 12-23, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/vii-enpec/pdfs/1033.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- [20] BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília, MEC/SEE, 2005a.
- [21] FERREIRA, E. L. Corpo-movimento-deficiência: as formas dos discursos da/na dança em cadeira de rodas e seus processos de significação. Campinas: [s.n.], 2006.
- [22] MICHELETTI, F. S. M. Ensino de arte para alunos com deficiência: Relato dos professores. Marília: Universidade Estadual Paulista UNESP, 2009.
- [23] LIMA, S. R; MENDES, E. G. Políticas Nacionais para a Educação das Pessoas com Deficiência. In: V Simpósio Estado Políticas. Uberlândia, 2009.
- [24] STOBAUS, K; MOSQUERA, J (Orgs).Educação Especial: Em Direção À Educação Inclusiva. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2003.
- [25] VERGARA, S. C.; CARVALHO JR., D. S. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. Revista Brasileira de Admistracção COLtemporânea. Rio de Janeiro, Anpad, p. 169-88, 1995.
- [26] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
- [27] BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982.
- [28] FORTUNA, T. R. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – PPGE/ME FURB ISSN 1809– 0354 v. 3, nº 3, p. 460-472, set./dez. 2008.